

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Segregação socioespacial: revisão crítica de seus limites
conceituais e marco teórico para uma nova proposta de
definição
Renato Saboya

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13621>



Submetido em: 2025-10-01

Postado em: 2025-10-06 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Segregação socioespacial: revisão crítica de seus limites conceituais e marco teórico para uma nova proposta de definição

Socio-spatial segregation: a critical review of its conceptual limits and a theoretical framework for a new definition

Renato Tibiriçá de Saboya  

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-4631-1413>

Resumo

Concepções de segregação socioespacial podem ser agrupadas em duas abordagens gerais: as mais ligadas à Geografia enfatizam condições espaciais como concentração e homogeneidade interna de regiões da cidade, enquanto as sociológicas tendem a concentrar a atenção primordialmente na restrição dos contatos entre grupos sociais distintos. Neste artigo, faço um apanhado de algumas das principais dimensões utilizadas na literatura para definir a segregação e argumento que são insuficientes para caracterizá-la adequadamente. Enquanto as abordagens geográficas confundem a segregação em si com as condições espaciais que (supostamente) a originam, as sociológicas enfatizam os contatos sociais, mas não se aprofundam no papel do espaço nesse processo. Proponho, então, que a segregação socioespacial é, na verdade, uma simbiose entre espaço e restrição do contato, no sentido de que os contatos sendo restringidos são aqueles: a) presenciais, ocorridos no espaço, e não, por exemplo, virtuais em redes sociais; e b) que deixam de acontecer por causa de condições espaciais diversas, e não, por exemplo, por razões puramente culturais. Essa concepção amplia o entendimento do fenômeno para além concentração e homogeneidade de grupos sociais em zonas e permite a incorporação, aos estudos de segregação, de uma maior diversidade de objetos de interesse em diferentes escalas, com maior atenção a aspectos geométricos, topológicos, compositivos e simbólicos potencialmente relevantes aos estudos urbanísticos e morfológicos.

Palavras-chave:

Segregação socioespacial, segregação residencial, condomínios fechados, morfologia urbana.

Abstract

Definitions of socio-spatial segregation may be classified into two general approaches: those with a more geographical inclination emphasize spatial conditions such as the concentration

and internal homogeneity of city areas, while sociological studies tend to focus primarily on the restriction of contacts between different social groups. In this article, I look at some of the main attributes used in the literature to define segregation and argue that they are insufficient to adequately characterize it. While geographical approaches confuse segregation itself with the spatial conditions that (supposedly) produce it, sociological ones emphasize social contacts, but do not adequately consider the role of space. I propose, then, that socio-spatial segregation is, in fact, a symbiosis between space and restriction of contact, in the sense that the contacts being restricted are those that: a) happen face to face in space, and not, for example, in social networks; and b) are prevented because of different kinds of spatial conditions, and not, for example, for purely cultural reasons. This view, I argue, broadens the understanding of the phenomenon beyond concentration of social groups in specific zones, and the incorporation of a greater diversity of objects and spatial units in different resolutions, and with greater attention to geometric, topological, compositional and symbolic aspects relevant to Urban Design and Morphology.

Keywords:

Socio-spatial segregation, residential segregation, gated communities, urban morphology.

Introdução

Em cidades ao redor do mundo, o contato ou exposição entre pessoas de diferentes grupos sociais, sejam quais forem os critérios usados para diferenciá-los, tem sido sistematicamente dificultado ou mesmo impedido por características do espaço urbano que vêm se tornando cada vez mais onipresentes, tais como o isolamento em áreas distantes ou de difícil acesso; a concentração de grupos étnicos ou faixas socioeconômicas específicas em pequenas áreas desconectadas do restante da cidade ou, até mesmo, de seu entorno imediato; a baixa acessibilidade a oportunidades de emprego, renda e educação; e muros, grades e cancelas cercando e isolando novos conjuntos habitacionais, comerciais e de serviços pensados para um grupo limitado de residentes e usuários. Entre os diversos efeitos nocivos dessa tendência estão o menor acesso a oportunidades de emprego, educação e saúde (CUTLER; GLAESER, 1997; MARQUES, 2007), maior vulnerabilidade ao crime (HILLIER, 2004) e perpetuação da pobreza (MASSEY, 1996; VAUGHAN, 2007; GIDDENS, 2011) e da violência (MASSEY, 1996), o que tende a manter ou mesmo acentuar a exclusão de populações já excluídas.

Para que o fenômeno da segregação socioespacial seja devidamente analisado e compreendido de modo a fazer jus à multiplicidade de situações, escalas e padrões por meio

dos quais ela se manifesta, precisamos de uma correta definição do fenômeno sobre a qual erguer o aparato conceitual e metodológico que enfrentará esse desafio. As definições existentes podem ser classificadas, grosso modo, em dois grandes grupos. O primeiro, proveniente da geografia, costuma focar-se nas condições espaciais em macro escala supostamente geradoras da segregação socioespacial, tais como as cinco dimensões clássicas propostas por Massey e Denton (1988); o segundo, mais ligado aos estudos sociológicos, direciona sua atenção para o quanto os contatos sociais são restringidos ou permitidos, tal como no trabalho de Freeman (1978).

Entretanto, por concentrarem suas análises em manifestações específicas do fenômeno, esses recortes acabam influenciando a própria definição conceitual de segregação¹ empregada, restringindo seu entendimento não necessariamente a seus aspectos realmente essenciais, mas àqueles mais proeminentes e relevantes nas manifestações sob análise. Assim, por exemplo, a definição oferecida por Massey e Denton (1988) restringe o espaço a zonas mais ou menos homogêneas e mais ou menos distantes entre si, enquanto a de Freeman (1978) (ambas constantes do Quadro 1) concentra-se na restrição dos contatos, mas subestima ou mesmo desconsidera a importância do espaço nessa restrição.

Como resultado, essas limitações acabam dificultando a integração de alguns aspectos da estrutura espacial urbana na investigação da segregação socioespacial. A incorporação de zonas e áreas gerais da cidade na própria definição do fenômeno acaba sendo refratária a outras unidades espaciais que poderiam nos ajudar a examinar o fenômeno com maior cuidado, tais como o sistema viário e as possibilidades e limitações que ele impõe à circulação de pessoas e veículos, o tamanho e formato de quadras e lotes e as interfaces dos lotes com o espaço público.

Além disso, há atualmente no campo uma profusão de termos relacionados à segregação socioespacial urbana, tais como “segregação residencial”, “segregação espacial”, “segregação territorial”, “segregação comunitária”, etc. sem haver clareza quanto às diferenças, se é que existem, entre eles. Netto et al. (2024) encontraram 804 termos relacionados à segregação em uma revisão na base Scopus. Em muitos casos, um mesmo autor usa diferentes termos para

¹ Por simplicidade, uso o termo “segregação” neste artigo para me referir à segregação socioespacial, e não a alguma de suas manifestações específicas (segregação residencial, autosegregação, etc) ou à segregação puramente social.

se referir ao mesmo fenômeno, tal como White (1983), que menciona “*spatial-segregation*”, “*urban residential segregation*”, “*residential-segregation*” e “*racial-segregation*” para se referir à mesma manifestação da segregação, a saber, a separação dos locais de residência de brancos e não brancos nos EUA.

Dadashpoor e Keshavarzi (2024) corroboram esse entendimento ao afirmar que a definição conceitual de segregação ainda é ambígua e costuma variar segundo as disciplinas e afiliações teóricas que se debruçam sobre o tema. A falta de um conceito integrado dificulta a comunicação entre autores e abordagens, prejudicando a identificação tanto de pontos já consolidados quanto das lacunas ainda existentes, bem como dificultando e confundindo os esforços de mensuração do fenômeno.

Assim, busco neste texto contribuir para esse debate de três maneiras: primeiro, faço um apanhado geral e discuto criticamente as principais dimensões utilizadas na literatura para definir a segregação e argumento que são insuficientes para caracterizá-la adequadamente. Segundo, ofereço uma nova definição do fenômeno e discuto suas componentes e implicações teóricas e práticas, adotando o termo “segregação socioespacial” como o conceito-chave sobre o qual construir o conceito. Em síntese, proponho entender a segregação socioespacial como uma simbiose entre espaço e restrição do contato, diferenciando-a, portanto, da sua mera manifestação física ou, sendo mais preciso, das condições espaciais que normalmente são confundidas com a totalidade do fenômeno. Argumento que essa nova definição é uma contribuição relevante ao estudo da segregação por ser: a) flexível a ponto de acomodar suas diferentes manifestações; b) precisa e detalhada o suficiente para ajudar a explicar o fenômeno e orientar trabalhos analíticos rigorosos sobre ele, incluindo aqueles que envolvam sua quantificação; e c) versátil para acolher de modo orgânico uma consideração mais rica e detalhada da forma urbana e arquitetônica, bem como dos tipos de contatos sociais, como fatores relevantes para a segregação. Por fim, discuto diferentes manifestações da segregação socioespacial à luz dessa nova definição, testando seus limites frente às três contribuições listadas acima.

Os conceitos de segregação socioespacial

Definições conceituais rigorosas e detalhadas são parte fundamental do trabalho científico. Quando lidamos com entidades abstratas e que não se rendem facilmente à observação e manipulação diretas, é especialmente importante definir com precisão qual é o fenômeno sendo analisado. No caso da segregação socioespacial, uma correta definição deve deixar

claro a que estamos nos referindo quando a mencionamos, e quais são seus atributos essenciais. Isso é necessário não apenas porque permite o desenvolvimento ou a escolha de medidas mais adequadas a cada contexto analítico, mas também evita ruídos nas discussões e diálogos que se estabelecem na literatura, entre autores com afiliações teóricas e ideológicas diferentes. Como consequência direta, uma definição bem-feita de um conceito orienta tanto a construção do referencial teórico (que também a retroalimenta, obviamente) quanto a estratégia metodológica a ser adotada e os dados a serem coletados em campo.

Esse conjunto de atributos definidores deve ser capaz de fazer fundamentalmente duas coisas: 1) acomodar todas as manifestações particulares da segregação socioespacial, mesmo que possuam diferenças importantes entre si; e 2) diferenciar a segregação socioespacial de outros fenômenos similares ou relacionados, tais como pobreza, exclusão, vulnerabilidade e precariedade. Goertz (2006) ressalta ainda a importância de aspectos ontológicos na escolha desses atributos, destacando que aqueles aspectos mais capazes de explicar as conexões, em termos de relações de causa e efeito, com outros fenômenos devem ser centrais na definição proposta ou adotada.

Para problematizar o conceito de segregação socioespacial, nas seções seguintes levanto, primeiramente, algumas definições existentes, destilando os principais atributos usados para construí-las. Em seguida, discuto até que ponto esses atributos são efetivamente fundamentais, isto é, se são características inescapáveis para afirmar que há segregação em uma determinada situação, ou se, ao contrário, são atributos periféricos ou apenas superficialmente relacionados.

O Quadro 1 reúne algumas definições clássicas e recentes da segregação, elaboradas por autores de diferentes correntes teóricas. Uso citações diretas para evitar, tanto quanto possível, distorções de interpretação, mesmo reconhecendo que a simples seleção desses autores e desses trechos já traz, inevitavelmente, um filtro subjetivo. Como forma de facilitar a leitura do quadro, os atributos-chave foram parcialmente homogeneizados em sua redação, expressando ideias semelhantes com os mesmos termos, mesmo que as expressões originais utilizadas pelos autores fossem ligeiramente distintas entre si.

Quadro 1. Definições de segregação e seus atributos-chave (traduções nossas). Elaborado pelo autor.

Autores(as)	Definição	Atributos-chave
-------------	-----------	-----------------

Burgess (1928)	“Separação de negros e brancos pelo local de residência...” (p. 105)	Separação
Duncan e Duncan (1955)	“Como sugerimos, é possível que um único índice não seja suficiente por causa da complexidade da noção de segregação, que envolve considerações de padrão espacial, desigualdade na distribuição, tamanho relativo do grupo segregado e homogeneidade das subáreas, entre outros.” (p. 217)	Desigualdade na distribuição dos grupos Proporções dos grupos Homogeneidade interna
Boal (1969)	“Associada à segregação residencial, há uma segunda forma – segregação de atividades. Ou seja, grupos diferentes não apenas não moram na mesma área, mas também não interagem entre si” (p. 30)	Separação das residências Restrição da interação
Castells (1977)	“Por segregação urbana, entende-se em primeiro lugar a tendência a organizar o espaço em zonas com uma alta homogeneidade social interna e com fortes disparidades sociais entre elas, sendo essas disparidade entendidas em termos não apenas de diferenças, mas também de hierarquias.” (p. 169).	Homogeneidade interna Separação das residências Diferença social Hierarquia
Freeman (1978)	“Como utilizado na linguagem coloquial, o termo segregação refere-se a restrições no acesso das pessoas entre si. As pessoas são divididas em duas ou mais classes ou ‘tipos’ e técnicas são empregadas para limitar a interação entre membros das diferentes classes.” (p.412)	Restrição da interação
Massey e Denton (1988)	“[...] o grau segundo o qual dois ou mais grupos moram separadamente um do outro, em diferentes partes do ambiente urbano.” (p. 282) “Um grupo que é altamente centralizado, espacialmente concentrado, desigualmente distribuído, fortemente agrupado e minimamente exposto aos membros do grupo majoritário é dito residencialmente ‘segregado.’” (p. 283).	Separação das residências Distância Centralização Desigualdade na distribuição dos grupos Concentração Agrupamento Restrição da interação
Rodríguez Vignoli (2001)	“Ao menos dois tipos de segregação foram identificados. Em termos sociológicos, segregação significa a ausência de integração entre grupos sociais. Em um sentido geográfico, significa desigualdade na distribuição dos grupos sociais no espaço físico.” (p. 11)	Restrição da interação Desigualdade na distribuição dos grupos
Sabatini (2003)	“Em termos gerais, a segregação residencial corresponde à aglomeração no espaço de famílias de uma mesma condição social [...]” (p. 7) “[Em termos mais específicos,] diferenciaremos três dimensões na segregação: <ul style="list-style-type: none"> • O grau de concentração espacial dos grupos sociais; • A homogeneidade social que apresentam as distintas áreas internas das cidades; e • O prestígio (ou desprestígio) social das distintas áreas ou bairros de cada cidade. (p. 7) 	Concentração espacial Homogeneidade interna Estigma

Marques (2007)	"[...] a segregação diz respeito à separação e ao isolamento espacial dos grupos sociais em áreas relativamente homogêneas internamente." (p. 31)	Separação das residências Homogeneidade interna
Feitosa et al (2007)	"[...] a separação entre grupos sociais no ambiente urbano." (p. 299)	Separação das residências
Linares (2013)	"A segregação socioespacial é um conceito que se refere à existência de desigualdades sociais dentro de um coletivo urbano e ao agrupamento dos sujeitos segundo atributos específicos em aglomerados com tendência à homogeneização em seu interior e à redução das interações com os demais grupos." (p.6)	Desigualdades Homogeneidade interna Agrupamento / concentração Restrição do contato

A segregação como restrição do contato

Começo a discussão dos atributos da segregação levantados na literatura pela restrição do contato entre grupos sociais distintos. Freeman (1978) é a referência mais usualmente associada a essa visão, de modo geral mais vinculada aos estudos provenientes da Sociologia, ainda que outros autores também compartilhem dela, em maior ou menor grau, e de maneira mais ou menos explícita. Johnston et al (2005, p. 1223), por exemplo, argumentam que o grau de isolamento é o aspecto central a definir um grupo segregado. Carlos (2013, p. 96) fala da "separação/apartamento" que condicionam as relações sociais, apontando que, desse ponto de vista, representam o inverso do objetivo mais essencial da cidade, que é o de reunir pessoas e facilitar seu encontro. Massey e Denton (1988) consideram a exposição (*exposure*, no original) como uma de suas cinco dimensões, mas a definem, no âmbito das medidas quantitativas, como a possibilidade de interação entre membros de distintos grupos sociais dentro de uma determinada área. Em outro momento, entretanto, como comentaremos mais adiante, esses autores tratam também da exposição fora da unidade espacial para a qual a medida está sendo calculada. Ainda que em um argumento defendendo a importância das distâncias para a segregação, Marques (2007, p. 30) coloca que:

Na ausência de barreiras físicas ou institucionais (como as presentes em um gueto), a separação dos grupos sociais em espaços homogêneos socialmente só ganha sentido se houver dificuldades para o estabelecimento de contato freqüente entre eles. Embora possamos postular a existência de outros elementos dificultando as conexões, me parece que as distâncias físicas ou de transporte apresentam grande importância e representam um "atrito", no sentido dado ao termo pelos economistas urbanos.

Como ficará claro na sequência deste texto, a citação acima reforça tanto a noção de que o cerne da segregação é a restrição do contato entre grupos sociais, como o entendimento de que a distância é apenas uma das estratégias espaciais utilizadas para atingi-la (ainda que, provavelmente, a mais comum).

De fato, quando falamos em “segregar”, no contexto da segregação socioespacial, estamos falando em separar e diminuir a exposição ou o contato entre indivíduos que, sob algum aspecto, sejam diferentes entre si. Desenvolverei melhor esse argumento quando apresentar e discutir uma definição de segregação socioespacial, mais adiante.

Concentração, homogeneidade interna e agrupamento

Três aspectos comumente considerados como inerentes à segregação socioespacial são concentração, homogeneidade interna e agrupamento de áreas com predominância de um ou poucos grupos sociais. Em um importante e influente estudo, Massey e Denton (1988) definiram cinco dimensões da segregação, incluindo esses três aspectos e mais a “exposição” (tratada no item anterior) e a “centralidade”, esta última mais tarde abandonada. Podemos dizer que esses três aspectos estão entre os mais frequentemente associados à segregação. Entretanto, como veremos, nenhum deles define sua essência; todos são, na verdade, estratégias espaciais para alcançá-la, ou seja, são meios para tornar mais custoso e difícil o contato intergrupos.

A concentração diz respeito basicamente à densidade. Se dois grupos sociais possuem a mesma proporção em relação à quantidade total de pessoas, mas o primeiro ocupa uma área menor, argumentam Massey e Denton (1988), este estaria mais segregado. A lógica desse raciocínio não fica clara: o máximo que os autores oferecem é dizer que “*a discriminação residencial tradicionalmente tem restringido as minorias a um pequeno número de vizinhanças que no seu todo abrangem uma pequena porção do ambiente urbano*” (MASSEY; DENTON, 1988, p. 289 - tradução nossa).

No caso da homogeneidade interna, Massey e Denton (1988) a discutem em termos da distribuição igualitária, ou seja, do quanto a proporção dos grupos sociais em uma determinada unidade territorial se diferencia ou se aproxima da proporção desses grupos na cidade como um todo. Áreas em que um grupo minoritário é significativamente sobrerrepresentado seriam mais segregadas do que aquelas em que sua proporção é semelhante ou menor do que sua proporção total na cidade. Sobre isso, Sposito (2013, p. 65) reconhece que:

É fato que as parcelas do espaço urbano às quais se associa a segregação caracterizam-se por forte homogeneidade interna, mas essa constatação é insuficiente por duas razões: – pode haver grande homogeneidade interna e não ocorrer segregação – quando há segregação, a forte homogeneidade interna do espaço segregado não é a explicação deste processo.

De fato, uma sobre-representação do grupo minoritário em uma área específica tende a significar, *ceteris paribus*, diminuição no contato entre ele e os demais grupos, uma vez que membros desse grupo estão mais próximos a membros do mesmo grupo e a uma menor quantidade de membros de outros grupos. Já uma sub-representação significaria maior exposição nessa zona, mas implicaria, por definição, em menor exposição em uma ou mais zonas, onde acabariam sendo sobre-representados (considerando que a proporção total do grupo na cidade como um todo permaneça a mesma).

Por fim, o agrupamento refere-se à contiguidade de zonas com predominância de um mesmo grupo social. Quando isso acontece, esse grupo acaba por tornar-se mais distante, em média, das áreas ocupadas predominantemente por populações de outros estratos socioeconômicos, reduzindo, assim, sua exposição a elas. Isso reforça a noção de que é o contato com outros grupos sociais, e não o agrupamento em si, que é o principal definidor da segregação. De fato, como parte de sua argumentação sobre por que esse aspecto é uma dimensão válida da segregação, Massey e Denton (1988, p. 296 - tradução nossa) apontam que “*à medida que uma pessoa se afasta de seu bairro, a probabilidade efetiva de interação de membros de minorias com os de maioria decai rapidamente*”. Em outras palavras, os autores justificam a consideração do agrupamento como componente da segregação não por alguma característica inerente a ele, mas pelo efeito que supostamente possui nos contatos intergrupos.

Dessa forma, tanto a predominância de grupos sociais em áreas homogêneas quanto o agrupamento dessas áreas na mesma região da cidade, apontadas por boa parte da literatura como a definição por excelência de segregação socioespacial, são, na verdade, apenas duas das possíveis estratégias ou condições espaciais capazes de gerar redução do contato entre grupos distintos.

Separação e distanciamento

Como já deve estar claro a este ponto, o distanciamento entre grupos sociais é apenas a maneira mais comum de restringir as possibilidades ou probabilidades de interação entre eles.

As três dimensões de Massey e Denton (1988) acima implicam, quase sempre, no aumento da distância entre os grupos sociais e na diminuição das distâncias intragrupos, o que, por sua vez, aumenta as chances de contatos intragrupos e diminui as de contatos intergrupos.

Entretanto, há outras maneiras de atingir a restrição do contato que não por meio apenas das distâncias entre os locais de residência. Isso vem ficando cada vez mais claro com a proliferação de enclaves fechados nas cidades latino-americanas. Esses padrões urbanísticos, apesar de muitas vezes diminuírem as distâncias para as áreas de pobreza, reforçam a segregação em outra escala mantendo-se física e visualmente impermeáveis. No entanto, pela definição tradicional esse tipo de configuração não seria considerado segregação, uma vez que os grupos sociais ocupariam a mesma área e/ou estariam muito próximos entre si.

Outro aspecto relevante é que a própria definição de distância pode variar. Além da “euclidiana”, que considera a distância em linha reta entre dois pontos, poderíamos pensar, pelo menos:

- na distância pela rede viária, que por sua vez é altamente dependente da configuração e de como as ruas se conectam entre si;
- no tempo gasto para o deslocamento entre dois pontos, considerando tanto os modos de transporte utilizados quanto as condições de tráfego.

Portanto, mesmo áreas próximas em termos euclidianos podem estar “distantes” se considerarmos a configuração do sistema viário (Saboya; Peres, 2024). Por outro lado, distâncias métricas muitas vezes são superadas com certa facilidade por modos de transporte de massa como o metrô e o trem, estimulando o contato entre pessoas que moram em áreas afastadas entre si, ou seja, distâncias não implicam necessariamente em segregação e restrição ao contato.

A segregação como desigualdades nas condições urbanísticas e de acesso à cidade

Outra corrente especialmente significativa na literatura brasileira sobre o assunto entende que a segregação equivale à dificuldade de acesso a equipamentos e outros tipos de amenidades urbanas, bem como a diferenças na qualidade urbanísticas das áreas reservadas a grupos sociais desfavorecidos. Além da definição de Linares (2013), contida no Quadro 1, Villaça, (2011, p. 37), por exemplo, diz que “*No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem uma outra característica, condizente com nossa desigualdade: o enorme desnível que*

existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres.” Carlos (2013, p. 96), por sua vez, coloca a segregação em termos das desigualdades no acesso à moradia, no acesso às atividades urbanas e na deterioração e diminuição dos espaços públicos. Maricato (2003, p. 152) também segue por essa linha de raciocínio:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

Essa visão é, provavelmente, derivada de uma ênfase na segregação socioeconômica, ou por níveis de renda, predominante no Brasil por motivos óbvios. Entretanto, ela é limitada quando se trata de caracterizar outros tipos de segregação socioespacial, como aquelas definidas por questões étnicas que não necessariamente implicam em maior precariedade de um dos grupos sociais em relação aos outros, ainda que na segregação racial dos Estados Unidos e em outros locais possa realmente haver essa concomitância entre segregação e precariedade urbanística.

Por esse motivo, considero que pobreza, exclusão, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica são fatores que costumam estar associados à segregação, que pode até mesmo ampliar seus efeitos negativos, mas que não são necessariamente uma de suas dimensões essenciais.

Atributos fundamentais da segregação socioespacial e uma nova proposta de definição

Para propor uma nova definição, parto do entendimento de que os dois aspectos verdadeiramente centrais na segregação socioespacial estão contidos na própria expressão: restrição do contato entre grupos sociais distintos (“socio...”) e os efeitos do espaço nessa restrição (“...espaciais”). Mais especificamente, segregação socioespacial é um processo por meio do qual a exposição (copresença e interação face a face) entre grupos sociais distintos é minimizada, prejudicada ou impedida como consequência de condições espaciais

premeditadas, espontâneas ou imprevistas que incluem – mas não se limitam a – separação, distanciamento, esquivanças, barreiras à visão e dificuldades de deslocamento por diferentes meios de transporte. Além disso, o termo segregação socioespacial denota também o resultado desse processo, ou seja, uma situação concreta em que os aspectos acima se materializam em um local e tempo específicos.

A seguir, faço algumas considerações sobre essa proposta de definição e discuto as implicações teóricas e metodológicas de cada um de seus componentes.

Grupos sociais

Apenas faz sentido pensar em segregação quando consideramos o que está sendo segregado. Neste caso, optei pela expressão “grupos sociais” para deixar essa definição o mais aberta possível, de modo a acomodar diferentes tipos de segregação: racial, étnica, religiosa, por níveis de renda, entre moradores e turistas, ou quaisquer outros grupos cujas diferenças façam sentido para um determinado objetivo analítico.

Nos Estados Unidos, grande parte da literatura sobre segregação concentra-se naquela existente entre as minorias negras e a população não negra, enquanto no Brasil predominam os estudos que consideram a segregação das camadas pobres em relação às não pobres. Obviamente, tanto em um caso como no outro há uma variedade de outros enfoques que também vêm sendo desenvolvidos, especialmente nas últimas décadas. Em outros locais, a religião e etnia parecem ser fatores mais prementes, como no caso de católicos e protestantes na Irlanda do Norte (BOAL, 1969) e de árabes e judeus em Israel (FALAH, 1996). Estudos sobre a segregação de comunidades de imigrantes também vêm se tornando cada vez mais comuns nas últimas décadas. Obviamente, outras distinções relevantes, dependendo dos objetivos de análise, poderiam ser pensadas: moradores e prestadores de serviços, homens e mulheres e moradores e visitantes, entre outras.

Em suma, toda segregação é sempre social, ainda que não seja, necessariamente, espacial. Caso o aspecto social não esteja presente, poderíamos falar, no máximo, em separação (que é a definição “de dicionário” do termo) ou distanciamento, mas não em segregação como o termo é comumente usado em estudos urbanos, geográficos e sociológicos.

Exposição ou contato entre membros de diferentes grupos sociais

A definição proposta deixa claro que os contatos cujas restrições são definidoras da segregação socioespacial são apenas aqueles do tipo presencial, não porque os demais tipos

sejam menos importantes, mas porque entendemos que o “espacial” em “segregação socioespacial” implique também na escolha em estudar aqueles contatos que acontecem face a face e são viabilizados pela copresença, ou seja, a condição de estar no mesmo espaço ao mesmo tempo. Esses contatos são extremamente importantes para a vida urbana e, aqui, estão sendo entendidos em seu sentido amplo, incluindo não apenas encontros em que há interação (verbal ou não verbal), mas também a simples copresença e até mesmo contato visual a distância. Goffman (2010) mostra que estar copresente com outra pessoa implica em comunicação, senão através da fala ou de algum tipo de objeto de atenção em comum, pelo menos através do vestuário, trejeitos, comportamento, expressões faciais, modo de falar, etc. Berger e Luckman (1971) argumentam ainda que, no contato presencial, a intensidade do compartilhamento de atos expressivos entre os sujeitos é máxima e, por isso, essa seria a maneira mais importante de interação com o outro.

Quando essa copresença acontece entre pessoas com diferentes origens e perfis sociais, seu potencial de atingir mais pessoas e atravessar uma distância social maior é maximizado. Segundo Granovetter (1973), o que ele chama de laços fracos – aqueles que acontecem entre pessoas que não compartilham muitos contatos em comum – trazem maior riqueza nas informações trocadas, pois a tendência é que elas não reproduzam conteúdos já obtidos por outros contatos da rede, isto é, diminuem a probabilidade de redundância. Proponho que o mesmo princípio vale para informações compartilhadas por meios não verbais em situações de copresença, sem a necessidade de que haja um vínculo mais ou menos permanente entre as pessoas. Assim, tomar contato sobre outros modos de vida e formas de uso e apropriação do espaço observando pessoas de diferentes grupos sociais traria maior riqueza de informações do que fazê-lo junto aos semelhantes. Isso contribuiria para a conscientização sobre as realidades de outros grupos sociais, o que, por sua vez, pode ajudar a reduzir a ansiedade associada ao contato com diversas pessoas e aumentar a tolerância e empatia (RASSE, 2015).

Portanto, defendo duas implicações para o “espacial” contido no conceito: primeiro, que o espaço seja um componente relevante e influente para a restrição do contato (como descrito na seção seguinte); segundo, que os contatos sendo ou não restritos sejam aqueles que acontecem no espaço. Em conjunto, essas duas condições cumprem também um terceiro papel: evitam que a segregação socioespacial seja confundida e tratada como sinônimo de segregação social, que envolve outros fatores além dos que estão sendo levados em consideração aqui. Nem toda segregação social possui necessariamente uma expressão espacial significativa, como argumentei na seção anterior, ou é causada por efeitos diretos ou

indiretos do espaço na restrição de contatos entre os diferentes, como seria o caso, por exemplo, da impossibilidade de acessar comunidades virtuais em redes sociais, ou ainda a restrição da copresença causada não pelas condições de distância e acessibilidade a ele, mas pelos custos monetários envolvidos. Ribeiro (2008) nos oferece um exemplo deste último tipo no caso dos cinemas do Leblon, no Rio de Janeiro, que, apesar de serem facilmente acessados sob o ponto de vista espacial pelos moradores de uma comunidade de baixa renda situada no mesmo bairro, possuíam preços excessivamente altos para eles. Como resultado, moradores de baixa e alta renda quase nunca se encontravam nesses locais (ao contrário do que acontecia na praia, por exemplo).

Outro aspecto relevante diz respeito à qualidade da exposição entre membros de diferentes grupos sociais, uma vez que esta pode ser mais ou menos forte e profunda, e propiciar mais ou menos trocas entre as pessoas. Um exemplo concreto talvez ajude a ilustrar melhor esse argumento: imagine que uma pessoa que pertence a um grupo social específico encontra 10 pessoas de outro grupo social na praça próxima à sua casa toda semana. Ela ou ele leva o filho para brincar e conversa com os pais e mães de outras crianças. Agora imagine que essa pessoa se mude para um condomínio fechado e que, nesse novo contexto, apenas passe de carro na frente das casas de outros grupos sociais em seus deslocamentos cotidianos e tenha contato visual com 10 pessoas, em média, por semana. É razoável considerar que o nível de segregação socioespacial dessa pessoa aumentou, ainda que a quantidade “bruta” de exposição a outros grupos sociais tenha se mantido a mesma. Nos dois casos há, a rigor, copresença e comunicação, ainda que possivelmente não verbal. No entanto, no primeiro cenário, há condições materiais muito mais favoráveis para interações mais prolongadas e profundas, como cumprimentos, conversas, auxílios mútuos e flertes, entre outros (ver, por exemplo, Santos; Saboya, 2023).

Há diversas maneiras de classificar os tipos de contatos entre pessoas nos espaços públicos que identificam aspectos importantes que poderiam ser considerados relevantes para o estudo da segregação. Goffman (2010), por exemplo, introduz diferentes tipos de contato que se sobrepõem e complementam, tais como copresença, interação focada e não focada, e engajamentos de face (*face engagements*, no original); Lofland (1998) fala em relações primárias, secundárias, quase primárias e secundárias íntimas para diferenciar, por exemplo, aqueles tipos em que há trocas de informações pessoais e/ou íntimas (primárias) daquelas que se baseiam mais em papéis relacionados às profissões e às trocas comerciais (secundárias).

Netto (2014) chama a atenção também para a diferença entre dois tipos de interação, a instrumental (por exemplo, o caixa do supermercado e o cliente) e a não instrumental (por exemplo, os pais que se encontram no parque infantil). Quando grupos sociais distintos moram na mesma área, é mais provável que experimentem interações do tipo não instrumental, como é ilustrado nessa passagem de Lima (1999 apud Ribeiro, 2008, p.8):

Em meados da década de 50, a camaradagem entre as classes sociais foi prosperando devido a alguns fatores: a índole pacífica dos moradores das favelas; a coincidência de percursos; o contato com empregadas e operárias – numa época em que conquistas amorosas eram poucas, as garotas pobres eram vistas como mais acessíveis; a paulatina inclusão dos atletas residentes das favelas nos times de futebol de praia; a relativa melhoria da qualidade de vida devido ao aperfeiçoamento profissional; e as brincadeiras em comum (bola de gude e brigas de galo) envolvendo as crianças das duas categorias sociais.

Se, ao contrário, um dos grupos só vai até um determinado bairro porque trabalha para as pessoas que lá moram, as relações do tipo instrumental tendem a predominar, com suas características de funcionalidade e, frequentemente, conotações de hierarquia. Mesmo que a quantidade dos contatos intergrupos fosse a mesma em ambas as situações, eles seriam qualitativamente diferentes, com a segregação mais amenizada no primeiro caso em comparação com o segundo. Como argumenta Freeman (1978), relações assimétricas já trazem embutida uma noção de desigualdade e, portanto, as relações que realmente interessam ao estudo da segregação são as simétricas.

Condições espaciais

O uso do termo “condições espaciais” na definição proposta busca, por um lado, delimitar o conceito àquelas restrições ao contato que são de alguma maneira influenciadas pelo espaço (ainda que não necessariamente pela forma construída). Por outro lado, o termo amplia o escopo para além da distância, concentração e homogeneidade, as estratégias espaciais mais frequentemente usadas para atingir a segregação e, correspondentemente, mais usualmente empregadas em suas definições.

Assim, a localização de equipamentos urbanos e comunitários, bem como de usos comerciais e de espaços públicos de lazer, podem ser consideradas como algumas dessas estratégias espaciais. Áreas de centralidades comerciais e de diversidade de usos, por exemplo, podem

ser mais ou menos eficazes em promover contato entre grupos sociais distintos dependendo de como se posicionam em relação não apenas a esses grupos, mas também aos fluxos diários, sendo estes, por sua vez, fortemente condicionados pelo sistema viário. O mesmo vale para equipamentos comunitários como postos de saúde, que podem ser localizados de modo a atender vizinhanças com predominâncias de grupos sociais distintos ou, ao contrário, dificultar o acesso a um deles e facilitar ao outro, minimizando as chances de que eles se encontrem durante seu uso. Isso enriquece a miríade de elementos que passam a ser importantes para o estudo da segregação e aumenta as possibilidades de caminhos de investigação, especialmente sob o ponto de vista do espaço construído, incluindo aí, obviamente, a forma urbana.

Pensar em termos de uma expressão mais abstrata como “condições espaciais” também abre a possibilidade de trabalhar com diferentes escalas, sem necessariamente vincular ou priorizar uma escala específica. Villaça (2011, p. 38), por exemplo, defende uma abordagem por “*região geral da cidade*”, o que é claramente inadequado para analisar e entender outras manifestações da segregação, como a “fragmentação” apontada por Janoschka (2002) e Sposito e Góes (2013), que é caracterizada pela maior proximidade de enclaves de alta renda junto a bairros de baixa renda e a adoção de estratégias como o uso de muros, cancelas, guaritas e desconexões viárias. Nesse caso, as estratégias espaciais são diferentes, mas o resultado – a redução do contato intergrupos – é o mesmo, ainda que possivelmente com intensidades e características qualitativas (isto é, naturezas e recorrências) diferentes.

Do ponto de vista metodológico, esse aspecto da definição abre a possibilidade de superar as limitações da representação exclusiva por zonas que, entre outros problemas, considera o espaço como um meio indiferenciado, sobre o qual estão distribuídos os diferentes grupos sociais, com as relações dadas, o mais das vezes, exclusivamente através de distâncias euclidianas entre centroides ou por compartilhamento de bordas entre zonas. Essa simplificação traz enormes limitações quando pensamos no desenho das cidades, na interação entre os elementos da estrutura urbana e nas rotinas que determinam grande parte das vivências cotidianas.

Processo e resultado

Por fim, segregação socioespacial é tanto o processo quanto o resultado de ações no espaço que restringem o contato presencial entre grupos sociais diferentes. A maioria das definições existentes colocam ênfase na segregação como produto, ainda que, na prática, a noção de que

a segregação é também um processo seja amplamente conhecida e bem aceita (SABATINI, 2003; SPOSITO, 2013). Incorporar esse aspecto na definição traz o benefício de torná-lo explícito e mais afinado com os estudos sobre processos de transformação urbana e dos padrões de usos do solo e exclusão, entre outros.

Manifestações da segregação socioespacial e o papel das formas urbana e arquitetônica

Conforme dito anteriormente, a proposta de definição do conceito de segregação socioespacial defendida aqui pretende contemplar seus aspectos mais fundamentais. Por isso, deve ser capaz de servir de base para a caracterização e análise de tipos de segregação tão diferentes como a periferia pobre distante do resto da cidade, as favelas e comunidades urbanas localizadas em áreas centrais (mas nem por isso não segregadas) e a autosegregação das camadas de mais alta renda observadas com cada vez maior intensidade ao longo das últimas décadas. Também deve se mostrar receptivo à incorporação de diferentes elementos da forma urbana e arquitetônica no estudo da segregação. Para fazer esse teste, comento a seguir alguns dos tipos de segregação mais comuns, explico como se relacionam à definição conceitual oferecida e comento a importância e o potencial da forma urbana em sua análise.

Segregação residencial

Boa parte da literatura concentra-se especificamente na segregação residencial, ou seja, no quanto a localização da moradia influencia o potencial de encontro com membros de outros grupos sociais:

De fato, o processo de segregação refere-se ao uso residencial do espaço urbano, o que explica a composição da expressão “segregação residencial”, que foi adotada desde suas origens, não importam a matriz teórica a partir da qual se reconhece seu conteúdo conceitual ou as formas como tal conteúdo evoluiu em cada comunidade acadêmica. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 280)

Não é difícil entender o papel central que a residência exerce nos estudos de segregação: sua localização em relação ao conjunto da cidade desempenha papel fundamental no modo como o cidadão desfruta e vivencia o espaço urbano, funcionando como um ponto de referência que condiciona parte significativa das suas relações de acessibilidade e proximidade com outra

pessoas, pontos de interesse e grupos sociais, fortemente influenciando os deslocamentos realizados, sua frequência e seus trajetos (Saboya; Peres, 2024).

Além disso, ver ou compartilhar um espaço com alguém na praça central da cidade não é o mesmo que fazê-lo em um parque de bairro a poucas quadras das residências de ambos. Neste último caso, há um sentimento local, uma sensação de proximidade e de menor anonimato, além de uma maior probabilidade de que se estabeleçam relações não instrumentais. Existe também a expectativa de recorrência, já que é mais provável encontrar periodicamente alguém que vive perto de você em um parque do bairro do que um estranho qualquer em uma praça no Centro da cidade. Essa rotinização pode incentivar a passagem da copresença à interação mais qualificada e profunda, pois facilita a progressão entre serem completos desconhecidos, serem conhecidos “de vista”, trocarem cumprimentos e algumas palavras e iniciarem uma relação mais aprofundada e recorrente, seja romântica ou de amizade (Santos; Saboya, 2023).

Por outro lado, contatos que acontecem depois de uma certa distância do local de residência, tais como aqueles nos caminhos compartilhados indo e voltando do trabalho, tendem a ser mais limitados para superar a segregação socioespacial. Cruzar com alguém de outro grupo social em uma grande avenida comercial ou no elevador de um edifício de escritórios é melhor que nada, mas contribui pouco para atenuá-la.

Essa definição usual da segregação residencial como separação dos locais de residência entre grupos sociais inclui também a noção de restrição de contato. Apesar de isso nem sempre ficar claro, argumento aqui que uma coisa é inextricavelmente relacionada à outra, uma vez que não faria sentido estudar a concentração de grupos em áreas específicas do espaço urbano se isso não tivesse nenhum tipo de consequência para as possibilidades de encontro com membros de outros grupos. De fato, um exame cuidadoso da literatura mostra que isso está sempre sendo considerado pelos autores, ainda que com uma ênfase muito menor do que as condições espaciais de separação e distanciamento. Por exemplo, o trabalho de Massey e Denton (1988), citado anteriormente e que se alinha a essa definição de segregação, explicitamente incorpora a noção de “exposição” às dimensões do fenômeno. Wong (2005, p. 290 - tradução nossa) argumenta que:

Grandes clusters impedem mais pessoas de interagir com outros grupos fora dos clusters, enquanto pequenos clusters com relativamente alta concentração de um grupo talvez não crie uma situação muito segregada se seus vizinhos

são ocupados por outro grupo de tal maneira que a interação entre unidades seja possível.

Com sua ênfase na concentração e distribuição de grupos sociais em determinadas porções das áreas urbanas, não é por acaso que esse tipo de segregação tenha sido estudado especialmente pelos geógrafos, que usualmente adotavam zonas para agregar informações sobre a população. Entretanto, a Morfologia Urbana pode trazer diversos elementos valiosos para a análise da segregação residencial, mesmo quando analisada nessa escala macro: o conceito de regiões morfológicas, por exemplo, que se refere a áreas do tecido urbano com um conjunto de características que lhe conferem algum tipo de unidade (GU, 2019), pode nos ajudar a identificar áreas que tendem a promover a ocupação por grupos também homogêneos, em oposição a áreas em que o perfil de seus ocupantes é mais diverso. Além disso, pelo fato de muitas vezes permitirem a uma pessoa perceber quando sai de uma região morfológica e entra em outra, podem contribuir para enfatizar limites simbólicos que desincentivem o acesso e o contato com os diferentes. As “*fringe belts*”, áreas em forma de cinturões de baixíssima densidade resultantes de períodos de estagnação no crescimento urbano (WHITEHAND, 1967), também podem ser fator de segregação entre áreas da cidade, especialmente entre aquelas mais periféricas e as mais centrais. De fato, Schroeder e Saboya (2015) mostraram que glebas não parceladas separando zonas de alta e baixa renda eram comuns em uma amostra de 10 cidades médias brasileiras. Padrões gerais de distribuição de densidades também podem influenciar no maior ou menor contato entre pessoas, uma vez que áreas de baixa densidade, com residências isoladas, tendem a desestimular o fluxo de passagem e a gerar menos encontros fortuitos no dia a dia em comparação com áreas mais densas e verticalizadas. Por fim, o microparcelamento do solo também é um fator potencial para atingir a segregação: a estratégia de estabelecer tamanhos mínimos de lotes relativamente grandes para evitar a sua compra e ocupação por populações de baixa renda é bem conhecida já há bastante tempo.

Fragmentação e autosegregação

Após os anos 1970, um novo padrão de segregação passou a emergir, no qual enclaves de alta renda ocuparam locais na periferia em meio a bairros mais pobres, especialmente na forma de condomínios fechados por muros e vigiados por câmeras e agentes de segurança privada (CALDEIRA, 2011; SABATINI, 2003). Como essa segregação é voluntária (SABATINI, 2003), ela também é chamada de autosegregação (SPOSITO; GÓES, 2013; VASCONCELOS, 2013).

A definição aqui proposta contempla a autosegregação na medida em que esta trata fundamentalmente – assim como as demais – de restrições de contato com os diferentes, seja por vontade própria e decorrentes de escolhas pessoais ou familiares, seja por fatores estruturais ou limitações nas alternativas disponíveis ou, ainda, por outros fatores. Em qualquer dos casos, o efeito é a restrição do contato e a segregação entre grupos sociais diferentes ocasionadas por condições espaciais, ainda que as consequências dessa restrição para os grupos envolvidos possam ser diferentes em cada situação, como alerta Sabatini (2003).

As condições espaciais que resultam na restrição do contato entre grupos sociais distintos nesse caso são, em grande parte, determinadas pelas características morfológicas do espaço, ou seja, por sua forma física e suas implicações. Distâncias, separações através de muros ou outros tipos de barreiras, e descontinuidades viárias são exemplos de condições espaciais por meio das quais a forma da cidade e do ambiente construído dificultam, reduzem ou mesmo impedem o contato entre diferentes, e que são difíceis ou mesmo impossíveis de serem analisadas por zonas. Outras maneiras pelas quais a forma urbana atinge o mesmo efeito são a localização dos usos coletivos, que podem facilitar ou dificultar que grupos diferentes se encontrem, como já comentado anteriormente.

Muros ao redor de condomínios fechados são ubíquos em praticamente todas as grandes cidades brasileiras, impedindo não apenas o acesso aos seus espaços e equipamentos internos, mas também o contato visual com eles. Assim, até mesmo essa forma de contato fica prejudicada, e dificulta a obtenção dos resultados positivos na dissolução de preconceitos e identificação de pontos em comum entre grupos distintos, conforme descrito por Rasse (2015) para o caso de Santiago no Chile. Kronenberger e Saboya (2019) relatam o uso de muros até mesmo em parcelamentos abertos, estrategicamente posicionados para separar física e visualmente o bairro de alta renda do assentamento de baixa renda ao seu lado.

Podemos identificar ainda diversos outros mecanismos pelos quais esse tipo de segregação socioespacial acontece nos quais uma consideração mais cuidadosa da forma urbana pode ser valiosa. Caldeira (2011), por exemplo, aponta que muitas das novas vias criadas em enclaves autosegregados em São Paulo não possuem calçadas, como maneira de restringir a circulação a pé e, por extensão, dificultar o acesso àqueles que não possuem automóvel. Hillier (1988) mostra que conjuntos habitacionais modernistas se desconectam do seu entorno de tal maneira que desestimulam o tráfego de passagem por não moradores. Linhas de visão bloqueadas dificultam a legibilidade do local, aumentam a dificuldade de “navegação” e podem gerar sensações desagradáveis de estar perdido no espaço da cidade, aumentando os custos

cognitivos e emocionais de trajetos que passem por ele. Portais, totens e símbolos podem ser usados para delimitar territórios e comunicar que forasteiros não são bem-vindos. Enfim, ainda há bastante coisa a ser aprofundada na descrição e análise morfológica desse tipo de segregação, inclusive em termos de quantificação desses padrões e de modelos estatísticos mais robustos capazes de estimar a associação entre variáveis de maneira mais confiável.

Segregação por trajetos e espaços de atividades

Mais recentemente, alguns estudos têm deslocado o foco das zonas como contenedores de posições residenciais “estáticas” na direção da incorporação dos trajetos e das localizações das atividades diárias dos diferentes grupos sociais, ressaltando a importância dos encontros fortuitos para a experiência “real” da segregação (BOAL, 1969; NETTO; KRAFTA, 1999; SCHNELL; YOAV, 2001; NETTO; SOARES; PASCHOALINO, 2015; FARBER et al., 2015; LISBOA; FEITOSA, 2016).

Segundo essa linha, Segura (2012) defende a importância das lógicas de circulação pela cidade para o estudo da segregação, como forma de capturar as desigualdades na vivência da cidade e as diferentes capacidades de acesso a todo tipo de conveniências, tais como equipamentos públicos e espaços de lazer. As esferas de intercâmbio e interação só podem ser devidamente estudadas, segundo ele, se for superada a visão estática da localização residencial.

Schnell e Yoav (2001) propuseram um índice que enfatizou a experiência individual no contato com – ou isolamento de – outros grupos sociais nas experiências do dia a dia. Farber et al (2015) desenvolveram um método para estimar o potencial de interação entre diferentes grupos sociais com base nos caminhos utilizados para ir e vir do trabalho, e o tempo disponível entre o final do turno de trabalho e o horário em que precisam voltar para casa. Netto, Soares e Paschoalino (2015) mapearam e compararam as trajetórias de indivíduos de diferentes grupos sociais, avançando no estudo da segregação e na superação das zonas como únicas unidades espaciais.

No que diz respeito mais especificamente aos estudos em Urbanismo e Morfologia Urbana, provavelmente a principal contribuição está no âmbito de análises detalhadas das continuidades e descontinuidades viárias proporcionadas pelo tecido urbano, bem como os potenciais de concentrar e misturar fluxos em algumas partes do sistema, mantendo outros mais vazios e segregados. A Sintaxe Espacial tem sido a maior força impulsionadora dessa linha de investigação. Entretanto, apesar de os diferentes grupos sociais estarem sendo

considerados nos modelos interpretativos e explicativos do sistema urbano, sua incorporação formal nos instrumentos e indicadores dessa teoria não é tão rigorosa quanto as relações puramente topológicas e geométricas entre diferentes unidades espaciais (linhas axiais ou segmentos).

Como consequência, ainda há grande potencial nessa maior incorporação explícita dos diferentes grupos sociais e como eles se relacionam a partir da mediação oferecida pelo sistema de conexões do sistema viário, bem como das distâncias métricas e cognitivas que esse sistema proporciona. Ainda assim, há trabalhos avançando nessa frente. Vaughan (2007) comparou duas áreas na Londres do século XIX e encontrou correlação positiva entre áreas de pobreza e segregação configuracional. Schroeder e Saboya (2015) examinaram 10 cidades médias brasileiras e identificaram 10 padrões de segregação socioespacial diretamente relacionados à configuração. Kronenberger e Saboya (2019) analisaram em mais detalhes a área conurbada de Florianópolis e mostraram, entre outras coisas, que as descontinuidades viárias são amplamente utilizadas para separar áreas de maior e menor índice socioeconômico quando essas áreas estão adjacentes ou muito próximas (euclidianamente) umas às outras. Maffini e Maraschin (2018) propõem um modelo configuracional que mede o quanto os caminhos utilizados por grupos de alta e baixa renda para acessar equipamentos comerciais se sobrepõem ou estão separados entre si.

Mais recentemente, os trabalhos de Maffini et al. (2024) e Saboya e Peres (2024) propiciaram avanços nessa linha de investigação, integrando a localização de grupos sociais às descrições mais detalhadas do tecido urbano e da distribuição desigual do potencial de movimento que ele proporciona.

Conclusões

Como vimos, a complexidade inerente à segregação socioespacial impõe severas dificuldades à sua delimitação conceitual que, entretanto, é necessária se queremos avançar o entendimento sobre o fenômeno, suas causas e consequências. As duas correntes predominantes no estudo da segregação, a geográfica e a sociológica, possuem limitações na maneira como estabelecem sua definição: a primeira acaba se concentrando em algumas das condições espaciais que a fazem emergir, mas tende a considerar a restrição do contato apenas em termos secundários ou implícitos, além de enfatizar excessivamente algumas condições e unidades espaciais específicas, como a concentração, homogeneidade interna e o

agrupamento dos locais de residência em zonas. A segunda prioriza o contato e sua restrição como elementos essenciais do conceito, mas não se aprofunda no papel do espaço.

A definição proposta aqui, por outro lado, busca trazer para o centro do conceito justamente a conexão ontológica entre espaço e restrição do contato que está no cerne da segregação socioespacial. Apenas quando essa simbiose entre ambas as dimensões é considerada explicitamente é que podemos abarcar adequadamente os diferentes tipos ou manifestações da segregação. Mais importante que isso, entretanto, é a abertura que essa nova definição proporciona para diferentes linhas de investigação: primeiro, proporciona maior clareza quanto ao que está sendo estudado e suas partes constituintes. A discussão mais aprofundada dos diversos componentes do conceito, suas justificativas e como se conectam entre si conferem maior robustez à definição e oferecem uma base mais sólida sobre a qual apoiar novos esforços analíticos e propositivos. Segundo, o entendimento das condições espaciais como parte da segregação, e não ela própria, nos faz refletir sobre que outras condições espaciais podem e devem ser investigadas, para além daquelas comumente associadas a zonas ou regiões gerais da cidade. Isso por sua vez, nos leva a reconhecer a contribuição que as investigações em Morfologia Urbana têm dado para o estudo da segregação socioespacial, e o potencial de contribuir ainda mais por meio de elementos das formas urbana e arquitetônica que não vêm recebendo a mesma atenção.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa (bolsa 311470/2022-0) que apoiou parte deste trabalho.

Declaração de conflito de interesse

O autor declara não haver conflito de interesses na publicação deste artigo.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Não se aplica.

Referências

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

BOAL, F. W. Territoriality on the shankill-falls divide, Belfast. **Irish Geography**, v. 6, n. 1, p. 30–50, jan. 1969.

BURGESS, E. W. Residential Segregation in American Cities. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 140, p. 105–115, 1928.

CALDEIRA, T. P. DO R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Eds.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2013. p. 95–110.

CASTELLS, M. **The urban question: a marxist approach**. London: Edward Arnold, 1977.

CUTLER, D. M.; GLAESER, E. L. Are Ghettos Good or Bad? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 3, p. 827–872, 1997.

DADASHPOOR, Hashem; KESHAVARZI, Shima. Defining urban segregation: A qualitative meta-synthesis. **Cities**, v. 149, p. 104947, jun. 2024.

DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. A Methodological Analysis of Segregation Indexes. **American Sociological Review**, v. 20, n. 2, p. 210–217, 1955.

FALAH, G. Living Together Apart: Residential Segregation in Mixed Arab-Jewish Cities in Israel. **Urban Studies**, v. 33, n. 6, p. 823–857, 1996.

FARBER, S. et al. Measuring segregation using patterns of daily travel behavior: A social interaction based model of exposure. **Journal of Transport Geography**, v. 49, p. 26–38, 2015.

FEITOSA, F. F. et al. Global and local spatial indices of urban segregation. **International Journal of Geographical Information Science**, v. 21, n. 3, p. 299–323, 2007.

FREEMAN, L. C. Segregation in Social Networks. **Sociological Methods & Research**, v. 6, n. 4, p. 411–429, 1978.

GIDDENS, A. (Ed.). **Essentials of sociology**. 3rd ed. New York: W.W. Norton, 2011.

GOERTZ, G. **Social science concepts: a user’s guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973.

GU, K. Urban Morphological Regions: Development of an Idea. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). **J.W.R. Whitehand and the Historico-geographical Approach to Urban Morphology**. The Urban Book Series. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 33–46.

HILLIER, B. Against enclosure. In: TEYMUR, N.; MARKUS, T. A.; WOOLLEY, T. (Eds.). . **Rehumanizing Housing**. Guildford: Butterworths, 1988. p. 63–88.

HILLIER, B. Can streets be made safe? **Urban Design International**, v. 9, n. 1, p. 31–45, 2004.

JANOSCHKA, M. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. **EURE (Santiago)**, v. 28, n. 85, dez. 2002.

JOHNSTON, R.; POULSEN, M.; FORREST, J. On the Measurement and Meaning of Residential Segregation: A Response to Simpson. **Urban Studies**, v. 42, n. 7, p. 1221–1227, jun. 2005.

KRONENBERGER, B. DA C.; SABOYA, R. T. DE. Entre a servidão e a beira-mar: um estudo configuracional da segregação socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (ACF), Brasil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20170227, 2019.

LIMA, R. **O Antigo Leblon: Uma Aldeia Encantada**. Rio de Janeiro: RB Lima, 1999.

LINARES, S. Las consecuencias de la segregación socioespacial: un análisis empírico sobre tres ciudades medias bonaerenses (Olavarría, Pergamino Y Tandil). **Cuaderno Urbano. Espacio, Cultura, Sociedad**, v. 14, n. 14, p. 5–30, 2013.

LISBOA, F. S.; FEITOSA, F. DA F. Para além da perspectiva residencial: a construção de índices de segregação dos espaços de atividades. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 68, n. 4, 2016.

LOFLAND, Lyn H. **The public realm: exploring the city's quintessential social territory**. Hawthorne, N.Y: Aldine de Gruyter, 1998.

MAFFINI, A. L.; MARASCHIN, C. Urban Segregation and Socio-Spatial Interactions: A Configurational Approach. **Urban Science**, v. 2, n. 3, p. 55, 2018.

MAFFINI, Ana Luisa *et al.* Inequalities in the potential movement of social groups: A network-based indicator. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, p. 1-17, 18 abr. 2024.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151–166, ago. 2003.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. Tese de livre docência — Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2007.

MASSEY, D. S. The age of extremes: Concentrated affluence and poverty in the twenty-first century. **Demography**, v. 33, n. 4, p. 395–412, 1 nov. 1996.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. The Dimensions of Residential Segregation. **Social Forces**, v. 67, n. 2, p. 281–315, 1988.

NETTO, V. M. **Espaço & Sociedade: as tramas da prática e seus espaços**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

NETTO, V. M.; KRAFTA, R. Segregação dinâmica urbana: modelagem e mensuração. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 0, n. 1, p. 133, 1999.

NETTO, V. M.; SOARES, M. P.; PASCHOALINO, R. Segregated Networks in the City. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 39, n. 6, p. 1084–1102, 2015.

NETTO, Vini *et al.* **Decoding Segregation: Navigating a century of segregation research across disciplines and introducing a bottom-up ontology**. arXiv, , 19 out. 2024. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/2410.08374>>. Acesso em: 12 set. 2025

RASSE, A. Juntos pero no revueltos. Procesos de integración social en fronteras residenciales entre hogares de distinto nivel socioeconómico. **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 41, n. 122, 2015.

RIBEIRO, L. C. DE Q. Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o “efeito do lugar” a partir de um enclave urbano. **Revista VeraCidade**, v. 3, n. 3, p. 1–21, 2008.

RODRÍGUEZ VIGNOLI, J. **Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?** Santiago de Chile: CEPAL, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, División de Población, 2001.

SABATINI, F. **La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina**. Santiago, Chile: Banco Interamericano de Desarrollo, 2003. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/5324>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SABOYA, Renato Tibiriçá de; PERES, Otavio Martins. CHASM: A configurational measure of socio-spatial residential segregation. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, p. 1-18, 7 nov. 2024.

SANTOS, Laini de Souza; SABOYA, Renato Tibiriçá de. Copresença e interação em espaços públicos: a restrição do contato entre indivíduos de grupos sociais diferentes. **Paranoá**, n. 34, p. 1–21, 8 abr. 2023.

SCHNELL, I.; YOAV, B. The Sociospatial Isolation of Agents in Everyday Life Spaces as an Aspect of Segregation. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n. 4, p. 622–636, 2001.

SCHROEDER, T.; SABOYA, R. Configurational characteristics of sociospatial segregation in Brazilian cities. **Proceedings...** In: 10th Space Syntax Symposium. London: UCL, 2015

SEGURA, R. Elementos para una crítica de la noción de segregación residencial socio-económica: desigualdades, desplazamientos e interacciones en la periferia de La Plata. **Quid** 16, n. 2, p. 106-132, 2012.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. DE A. et al. (Eds.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2013. p. 61–93.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VASCONCELOS, P. DE A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. DE A. et al. (Eds.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 17–37.

VAUGHAN, L. The spatial syntax of urban segregation. **Progress in Planning**, v. 67, n. 3, p. 205–294, 2007.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

WHITE, Michael J. The Measurement of Spatial Segregation. **American Journal of Sociology**, v. 88, n. 5, p. 1008–1018, 1983.

WHITEHAND, J. W. R. Fringe Belts: A Neglected Aspect of Urban Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 41, p. 223, jun. 1967.

WONG, David W. Formulating a General Spatial Segregation Measure. **The Professional Geographer**, v. 57, n. 2, p. 285–294, maio 2005.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.